

Dossiê Orientação



Orientação e parceria intelectual: dilemas e perspectivas

Gilberto Velho
Museu Nacional
Universidade Federal do Rio de Janeiro

e-mail: gvelho@alternex.com.br
Recebido em: julho 2004

Resumo

A relação orientador e orientando apresenta uma natureza hierárquica e busca o estabelecimento de um diálogo e parceria para a produção de conhecimento. É constituída por um inevitável grau de tensão desde que se baseia em uma desigualdade de princípio longe de estar imune a disputas e conflitos. As afinidades entre orientador e orientando podem ser de diferentes tipos. Os interesses comuns por um objeto de investigação e a aproximação teórico-metodológico são, em grande parte, as motivações principais para a parceria, mas podem não ser suficientes em função de diferenças de atitudes e estilos pessoais. Também não é simples dosar e combinar a autoridade e as razões acadêmicas com a dimensão emocional em que afetividade, simpatias e antipatias costumam ter uma influência fundamental. Há outras variáveis que podem se tornar decisivas, ligadas à solidariedade, disciplina, pontualidade, além da confiabilidade recíproca essencial para o bom andamento de qualquer relação.

Palavras-chave

Hierarquia, Parceria, Dilemas e Conflito.

Abstract

The relation between student and professor presents a hierarchical nature and searches to establish a dialogue and partnership for production of knowledge. It constitutes an undeniable level of tension since it's based on uneven principle far from the immunity of disputes and conflicts. The symmetric relation between professor and student can be categorized in different types. The common interest for an object of research and the methodology-theory approach are, in many ways, the main motivation for the partnership although not enough due to the different attitudes and personal styles. Furthermore, it's not simple to measure and to combine the authority and academic reasons to the emotional dimension that is fundamentally influenced by affectivity, sympathy and antipathy. There are others variables that can become decisive which are attached to solidarity, discipline or punctuality besides the mutual sense of trust essential to a good course in any relationship.

Keywords

Hierarchy; partnership; dilemmas and conflicts

A relação de orientador e orientando na universidade contemporânea está, inegavelmente, ligada a uma longa tradição intelectual em que a díade mestre e discípulo desempenham papel central. Se quisermos ir às suas mais antigas raízes, podemos chegar até às origens da filosofia grega e, também, a seitas mais ou menos esotéricas, de caráter religioso. Com todas as diferenças históricas e culturais, encontra-se presente um princípio hierárquico em que o indivíduo, em princípio mais velho e/ou experiente, ajuda, e mesmo tutela, um mais jovem, que se inicia no aprendizado de algum tipo de conhecimento, que, nas origens do chamado pensamento ocidental, apresentava, com frequência, dimensões místicas associadas a perspectivas mais tarde identificadas como mais racionalizantes (ver, por exemplo, Vernant 1972).

Não pretendo, nesta breve comunicação, esgotar, ou mesmo esmiuçar, todos os aspectos complexos da relação orientador/orientando. Pretendo, prudentemente, apontar algumas questões que considero cruciais para a sua compreensão e possível aperfeiçoamento no quadro do mundo universitário acadêmico de hoje, particularmente no Brasil. Para fazer isso, parto de uma experiência pessoal já longa, em que orientei mais de setenta teses e dissertações, em quase trinta anos (ver Velho 2002).

É importante enfatizar que essa relação, de fato, apresenta uma dimensão hierárquica baseada em valores e crenças sobre saberes, em que o orientador é colocado em posição de prestígio e reconhecimento diante do qual o aluno/orientando assume uma posição mais modesta e subordinada de pupilo. O professor, portanto, já tem uma carreira em que passou por etapas e ritos de iniciação, assumindo a posição, em maior ou

menor grau, de conhecedor privilegiado dos caminhos e segredos da vida acadêmica. Mas, claramente, não se trata de um hierofante pairando etéreo acima das questiúnculas do mundo. No decorrer do desenvolvimento da história da universidade, o professor/orientador, com variações, evidentemente, vai ser o detentor de um tipo de poder que, abrindo ou fechando portas, facilita ou dificulta a carreira de seus alunos e discípulos. Para melhor compreensão dessa relação, vale insistir na constatação, mais ou menos óbvia, de que essa díade se encontra dentro de um campo de relações acadêmicas e políticas, em que há uma série de outros atores significativos, cujas ações repercutem direta ou indiretamente na relação analisada. Outros professores e dirigentes, como coordenadores de curso, chefes de departamento, diretores de unidade etc., por suas atividades, sejam docentes ou administrativas, têm um papel que pode ser, em determinados momentos, decisivo. Tudo isso acontece dentro de uma estrutura universitária bastante complexa, com várias instâncias de decisão, que incluem diferentes tipos de colegiado e que dependem, por sua vez, de agências públicas ou instituições privadas, como, no caso brasileiro, do CNPq, da Capes, das fundações estaduais, privadas, etc.

Uma vez estabelecido que o orientador não é um demiurgo que possa, só ele, comandar o destino de seus alunos, vale a pena pensar em algumas especificidades desse relacionamento. No Brasil, a partir do final dos anos 60, criou-se um novo sistema de pós-graduação que implicou mudanças em instituições que já ofereciam atividades desse nível e, sobretudo, o aparecimento de programas novos, que, em muitos casos, colidiam, às vezes de forma bastante conflituosa, com costumes e hábitos antes prevalecentes. Esse processo acompanhou e, sem dúvida, foi parte importante em reformas universitárias que, com idas e vindas, alteraram o panorama anteriormente vigente. Assim, por exemplo, os departamentos e programas, com seus colegiados, fortaleceram-se diante do poder tradicional dos antigos catedráticos. Novas formas de seleção foram introduzidas, através de concursos em que os candidatos disputavam vagas, em princípio, em maior igualdade de condições. É claro que isso não se deu em um processo linear, e a estrutura universitária implica hierarquia, gerando, inevitavelmente, divergências e impasses diante de pressões mais igualitárias, e mesmo populistas. Esta tensão sempre esteve e continua presente na universidade brasileira.

Estamos falando de um universo heterogêneo, de docentes-orientadores que, apresentando diferenças internas significativas,

se defrontam, por sua vez, com um universo discente que, ao crescer numericamente, traz, também, maior diversidade, em termos de origem e trajetória social. Na minha experiência pessoal, nos primeiros quinze anos como orientador, lidei, sobretudo, com alunos pertencentes, por sua origem social, a setores mais elitizados e letrados da sociedade brasileira. Com poucas exceções, vinham de famílias que dispunham de um certo prestígio social e significativo capital cultural, embora nem sempre de modo equilibrado. O seu domínio de línguas estrangeiras era, em princípio, satisfatório e traziam um cabedal de informações apreciável. Vários tinham vivido ou, no mínimo, viajado para o exterior. Assim, num certo plano, a comunicação fluía com relativa facilidade, a par de peculiaridades e idiosincrasias individuais. É de se registrar que, em certas situações, naquele período, alguns professores poderiam ser de origem social mais modesta do que a maioria do alunato. Grosso modo, predominavam alunos de camadas médias superiores, às vezes filhos de elites econômicas e sociais, enquanto certos mestres provinham de setores mais modestos de camadas médias. Progressivamente, começaram a aparecer, com maior frequência, candidatos provindos claramente de camadas populares. Em geral, eram pessoas que tinham obtido acesso a universidades públicas e, a partir daí, encaminharam-se para fazer pós-graduação, com projeto de permanente aperfeiçoamento e profissionalização. Embora não se tratasse de um universo homogêneo, alguns traços ficavam mais evidentes. Assim é que tive a oportunidade de orientar alunos cujas famílias, segundo eles, não tinham sequer livros em casa. A educação dos pais, muitas vezes, ficava no nível médio, e mesmo no básico, sem esquecer pessoas precariamente alfabetizadas. Vinham de áreas e bairros mais pobres, como a Baixada Fluminense. Tinham dificuldade, em boa parte dos casos, não só com línguas estrangeiras, mas mesmo com o português. Nunca tinham saído do Brasil e dispunham de um capital cultural em que ficava claro o desconhecimento ou pouco contato com uma tradição letrada mais ilustrada. Apenas para exemplificar, parte desse alunato tivera muito pouca oportunidade de travar conhecimento com literatura, fosse brasileira ou internacional. Houve casos de alunos que, paralelamente ao seu estudo de antropologia, me pediam que indicasse livros de literatura para o aperfeiçoamento de sua formação. Embora crescente, frise-se que esse setor mais modesto e popular é apenas uma fração do universo mais amplo dos alunos, em que conti-

nuam predominando pessoas de camadas médias, portadoras de conhecimento e cultura bem acima da média da sociedade brasileira. Mas há uma mudança bastante significativa que torna bem mais heterogêneo e complexo o corpo de alunos que se apresenta para a pós-graduação. Inclusive, nota-se a presença maior de candidatos que poderiam ser classificados como “não brancos”, confirmando, assim, nos últimos anos, a ascensão de outras categorias sociais e minorias étnicas.

A problemática da orientação apresenta vários desafios e tipos de situação. É impossível abstrair aspectos mais pessoais e afetivos numa relação que, ainda hoje, apesar das pressões burocráticas das agências, se prolonga por períodos de alguns anos. Como orientador e orientando se escolhem? É preciso ficar muito claro que se trata de uma negociação que implica avaliações e intuições que podem aproximar ou afastar, como em qualquer outro tipo de relação humana. Em termos que pretendem ser estritamente objetivos, a grande motivação para uma possível parceria são interesses temáticos comuns. Isso geralmente se dá quando o aluno, conhecendo melhor um professor, se interessa pelos objetos com que esse lida, por sua perspectiva teórica e pelo seu estilo de trabalho. Nesse caso, professor e aluno podem constituir uma relação a partir da definição de objetos de pesquisa e modos de reflexão que os aproximam. No entanto, o mundo é mais complicado, e isso pode não ser o bastante. O tema de interesse comum pode ser insuficiente diante de falta de afinidade pessoal, possíveis antipatias e dificuldades de diálogo. Porque, afinal de contas, este é o ponto fundamental desse tipo de relacionamento. O diálogo é a condição básica para que possa dar certo o empreendimento. Existe um outro tipo de situação em que a empatia e algum tipo de identificação pessoal possa fazer com que, mesmo quando não se encontre uma identificação temática imediata, se estabeleça uma relação produtiva e duradoura. Há diversas variáveis que podem ter peso decisivo nesse processo de maior ou menor aproximação. Algumas vezes, a maior diferença de idade pode dar maior legitimidade à relação hierárquica. Por outro lado, uma maior proximidade etária pode, com frequência, facilitar um contato e trabalho de tendência mais igualitária. Não há como ignorar a questão do gênero, que pode se constituir em fator de maior aproximação ou afastamento. Tanto professores quanto alunos podem ter preferências em trabalhar mais com homens ou mulheres. É bom lembrar que, no caso das Ciências

Sociais, particularmente na Antropologia, tem havido uma tendência de aumentar a presença feminina estudantil. A experiência de contatos prolongados e, em certas circunstâncias, muito próximos, pode diluir ou embaralhar as fronteiras entre trabalho e relações afetivas. Isso é, até certo ponto, inevitável e nem sempre é simples administrar essas ambigüidades. Como sabemos, não são raros os episódios de relações amorosas nessas situações. Certamente, uma variável que, em determinados momentos históricos, pode ser fundamental são as afinidades político-ideológicas. No Brasil, durante o regime militar, isso ficava muito claro, quando as escolhas recíprocas entre professores e alunos eram, constantemente, influenciadas pelo clima político reinante. Assim, havia professores militantes, engajados, esquerdistas, liberais, indiferentes, céticos, conservadores, direitistas etc., no sistema de classificação vigente, que poderia aproximar ou afastar, de modo decisivo, parte do alunato. Mais uma vez, nas Ciências Humanas, isso, em princípio, era mais patente do que em outras áreas do conhecimento.

Cabe registrar também que há professores-orientadores que, por diferentes razões, trabalham mais isolados com seus discípulos, enquanto outros desenvolvem mais atividades comuns com colegas, fazendo com que seus alunos sejam, rotineiramente, expostos a contatos mais regulares e intensos com outros docentes que não se limitem às disciplinas que freqüentam. O grau ou a tendência à exclusividade variam bastante, com uma taxa nada desprezível de ciúme e competição. Há o problema também, nada trivial, do número de orientandos que um professor pode manter. Quando há maior afinidade temática entre os alunos, a tarefa poderia parecer mais viável do que quando há uma grande variedade e heterogeneidade de objetos e situações de pesquisa. Mas, por outro lado, as diferenças de temas e questões podem, também, gerar diálogos estimulantes entre o professor e seus diferentes pupilos. Tive várias experiências de troca e cooperação bastante produtivas entre alunos que desenvolviam pesquisas aparentemente muito díspares. Isso pode estar relacionado a problemas teóricos comuns e, mesmo, a um pluralismo de interesses que supera a tendência à especialização. Tudo isto dependerá, por sua vez, da capacidade de lidar produtivamente com as diferenças e eventuais competições, estimulando a troca de experiências e idéias.

O diálogo não é uma palavra mágica e a sua construção passa por diferentes etapas e, freqüentemente, por momentos difí-

ceis. Não são poucos os casos de falência da relação, com a produção de incompatibilidades que geram afastamento, e mesmo ruptura. Nem sempre é fácil encontrar fórmulas para superar essas dificuldades, que podem virar verdadeiros impasses. Crises são normais e, mesmo, rotineiras, diante de diferentes pontos de vista e perspectivas. O irremediável é quando se constata a efetiva perda da possibilidade de dialogar. Esse desfecho dependerá de inúmeras variáveis que envolvem, além de possíveis "cálculos racionais", sentimentos e emoções.

Hoje, o orientador defronta-se com outros tipos de desafio. Muitas vezes, pressionado pela tecnocracia burocrática universitária e das agências, vê-se desempenhando, malgré lui, o ingrato papel de gerente de linhas de montagem de diplomas de mestre e doutor. Sem ignorar demandas razoáveis do poder público, ou mesmo da sociedade civil, é fundamental manter aceso e defender o projeto de produção de conhecimento de qualidade. A massificação e o fascínio do quantitativismo avaliativo já tem afetado, de modo negativo, a vida acadêmica. As metas de produção de não sei quantos milhares de doutores, de agrado da tecnocracia e de alguns políticos, tendem a passar por cima das avaliações e preocupações qualitativas de grande parte da comunidade acadêmica. Isto só tende a piorar com a ascensão de um tipo de populismo mais preocupado com aparências de progresso social do que com a verdadeira importância da produção científica. Nesse quadro, é crucial preservar e valorizar a relação orientador/orientando, como eixo fundamental do trabalho universitário em todos os seus níveis, particularmente na pós-graduação. As diferenças legítimas na hierarquia acadêmica, sendo bem compreendidas e administradas, permitem e estimulam uma relação efetiva de reciprocidade e troca intelectual. Esta constitui a verdadeira parceria que dá continuidade, significado e renova a produção de conhecimento que atravessa as gerações.

* Professor titular de Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.
Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Referências bibliográficas

- VELHO, Gilberto.2002. "Entrevista com Gilberto Velho". In: *Mudança, Crise e Violência: política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Originalmente publicada em 2001 na revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV(28):183-210.
- VERNANT, Jean-Pierre.1972. *As origens do pensamento grego*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel.